




**MEMÓRIA, MONUMENTOS E USOS DO PASSADO NO
ZIMBÁBUE: CASO DO NATIONAL HEROES' ACRE
(DÉCADAS DE 1980-2000)**

**MEMORY, MONUMENTS, AND USES OF THE PAST IN
ZIMBABWE: THE CASE OF THE NATIONAL HEROES'
ACRE (1980S-2000S)**

Evander Ruthieri da Silva*

**Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-
Americana - UNILA**

 <https://orcid.org/0000-0002-5988-3739>
evander.silva@unila.edu.br

RESUMO: O artigo analisa a narrativa visual do National Heroes' Acre, destacando os processos de construção da memória nacional e monumentalização do passado para fins políticos no Zimbábue entre as décadas de 1980 e 2000. Na primeira parte, discute os processos de descolonização e o papel da ZANU-PF na elaboração de discursos nacionalistas e usos do passado. Em seguida, dialogando com os conceitos de "lugares de memória" e "enquadramentos de memória", investiga a criação de uma narrativa teleológica que glorifica a ZANU-PF e Robert Mugabe como protagonistas da história zimbabuense.

PALAVRAS-CHAVE: História da África; Zimbábue; memória; monumentos.

ABSTRACT: The article analyzes the visual narrative of the National Heroes' Acre, highlighting the processes through which national memory was constructed and monumentalized for political purposes in Zimbabwe between the 1980s and 2000s. The first part discusses the processes of decolonization and the role of ZANU-PF in crafting nationalist discourses and uses of the past. Subsequently, engaging with the notions of "sites of memory" and "memory framing", it investigates the creation of a teleological narrative that glorifies ZANU-PF and Robert Mugabe as the protagonists of Zimbabwean history.

KEYWORDS: African History; Zimbabwe; memory; monuments.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2020), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Realizou estágio em pesquisa de doutorado no exterior na University of Exeter (Reino Unido). Pela UFPR, e com bolsa da CAPES, concluiu o Mestrado em História (2016). Licenciado e bacharel em História pela Universidade Regional de Blumenau (2012). Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e do Programa de Pós-Graduação em História da UNILA (PPGHIS/UNILA). Atualmente, atua como vice-coordenador do PPGHIS/UNILA.

INTRODUÇÃO

O ano de 1980 marcou a independência do Zimbábue, resultado de décadas de pressões exercidas por movimentos políticos nacionalistas e lutas de libertação na África Austral, bem como negociações e transições políticas do poder para as elites africanas. Esses eventos foram marcados pela ascensão política do Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF) e de Robert Mugabe (1924-2019), que ocupou os cargos de primeiro-ministro e, posteriormente, presidente do Zimbábue até o golpe de estado em 2017. Durante as décadas de 1980 a 2000, o Estado investiu significativamente em políticas culturais destinadas a fortalecer e perpetuar uma identidade nacional zimbabuana. Isso incluiu a construção de uma memória oficial da luta anticolonial e da descolonização, com o objetivo de legitimar o regime político vigente. No entanto, esse período também foi marcado pelo aumento da violência estatal, centralização política e perseguição a grupos de oposição: entre 1982 e 1987, aproximadamente 20 mil pessoas, principalmente nas províncias de Matabeleland, foram vítimas dessa violência estatal.

Dentre os investimentos políticos na promoção de "lugares de memória", conforme expressão de Pierre Nora, voltados à legitimação pública do regime político de Robert Mugabe e da ZANU-PF, destaca-se o National Heroes' Acre. Este monumento está localizado nas proximidades da capital, Harare, e tem como objetivo lembrar e celebrar os heróis nacionais, especialmente homens e mulheres associados à luta armada, selecionados pelas autoridades zimbabuanas para serem sepultados no local. O monumento, comissionado à Mansudae Overseas Project, um departamento oficial do governo norte-coreano, foi construído entre 1981 e 1982. Destaca-se pela presença de murais que contêm seis painéis de bronze, representando uma narrativa de fundação da nação zimbabuana, culminando na independência e na celebração da figura de Robert Mugabe. Portanto, este artigo tem como objetivo principal problematizar a narrativa visual do National Heroes' Acre, analisando os processos de construção de uma memória nacional e a monumentalização do passado para fins políticos, com o intuito de legitimar o regime político em questão.

O ponto de partida do artigo concerne uma perspectiva teórico-metodológica que compreende a construção de monumentos como parte dos processos complexos constitutivos da memória e que, ao lado de outros ritos, símbolos e práticas culturais, visam produzir "consenso [...]", são pontos focais para identificação com uma condensação visual de uma crônica nacional imaginada e apresentada em simbolismo

heroico” (OSBORNE, 2001, p. 16). Desse modo, convém investigar a materialidade dos “lugares de memória”, a exemplo de monumentos e outros elementos físicos e/ou simbólicos voltados a lembrar e comemorar, a partir dos usos do passado, sobretudo em processos relacionados às apropriações de episódios e personagens históricos com o escopo de consolidar, no tempo presente, uma versão coesa do passado para fins políticos.

LEMBRAR E COMEMORAR: POLÍTICAS DA MEMÓRIA NO ZIMBÁBUE PÓS-INDEPENDÊNCIA

O Zimbábue, assim como diversos outros países no continente africano, possui fronteiras que foram fixadas como resultado do impacto das políticas coloniais nas últimas décadas do século XIX, especialmente após o Tratado Anglo-Português de 1891, e que estabeleceu os limites territoriais das áreas ocupadas pela British South Africa Company (Mashonalândia e Matabelelândia - atual Zimbábue), o Protetorado Britânico da África Central (posteriormente Niassalândia, atual Malauí), a Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e os territórios portugueses de Angola e Moçambique. A região conhecida no período colonial como Rodésia do Sul (e, posteriormente, apenas como Rodésia) foi administrada, por meio de concessão do governo britânico, pela British South Africa Company até a década de 1920, a partir de iniciativas promovidas pelo “magnata da mineração” e então primeiro-ministro da Colônia do Cabo, Cecil Rhodes, que ambicionava consolidar a presença britânica do “Cabo ao Cairo”: do sul ao norte da África. A presença colonial na Rodésia promoveu a desestabilização de diversos centros de poder e formações sociais na região, em especial entre as populações ndebele e shona; os processos de expropriação de terras e exploração da mão de obra africana, sobretudo na mineração e na agricultura; a implementação de impostos coloniais e outras medidas que visavam o controle da população nativa; além de medidas de incentivo à imigração britânica para a região.

Esses processos de expansão colonial na região, acelerados pelo contexto geopolítico constituído após a Conferência de Berlim (1884-1885), foram frequentemente questionados pelas populações africanas que recorreram, em diversas ocasiões, à revolta armada como estratégia para preservar sua autonomia política. A exemplo, convém citar aquela que ficou conhecida na historiografia colonial como “guerra matabele” entre 1893 e 1894, expressão utilizada para se referir aos conflitos travados entre o centro de poder

ndebele, sob liderança do chefe Lobengula, e as forças militares da British South Africa Company, e que resultaram de disputas por terras na região da Matabelelândia após a assinatura de tratados entre as chefaturas ndebele e a administração colonial britânica. Além disso, vale lembrar a chimurenga (ou primeira chimurenga) entre 1896 e 1897, termo na língua shona que pode ser traduzido como “revolução”, e mobilizado para se referir a uma série de ataques promovidos por populações shona e ndebele contra o colonato branco em diversas partes do território rodesiano (BEACH, 1979).

Esses episódios formavam um conjunto heterogêneo de ações contrárias à administração colonial britânica, e foram motivadas por uma série de fatores relacionados à expansão colonial na Rodésia, tais como os impactos do colonialismo na desintegração dos sistemas sociais e econômicos dos shona e ndebele; a imposição de taxas e impostos coloniais, além da perseguição de chefes por meio da justiça europeia; os impactos sobre as redes comerciais que conectavam os povos do interior com a costa moçambicana; as invasões de vastas porções de terras historicamente ocupadas pelos shona e ndebele; o uso da violência para forçar a população nativa a se submeter ao trabalho nas fazendas controladas pelos colonos brancos; a desintegração do reino ndebele, além do confisco do gado dos ndebele e ocupação das suas terras, forçando muitos grupos desterrados a migrar para regiões infestadas de moscas tsé-tsé e mosquitos transmissores da malária; além de fatores naturais – a exemplo de epidemias de peste bovina, gafanhotos e secas – que eram interpretados pelos ndebele como causados pela invasão britânica (MLAMBO, 2014). Apesar das múltiplas resistências, a elite colonial branca se estabeleceu sobre a região e controlou a exploração de minérios e a agricultura comercial, impondo, principalmente a partir da década de 1920, legislações de caráter segregacionista, a exemplo do Land Apportionment Act (1930) que determinava o confinamento da população africana a reservas nativas que equivaliam a aproximadamente 30% do território rodesiano (MASHIZHA, MAPUVA, 2018).

Entre as décadas de 1950 e 1960, a onda provocada pelos movimentos de descolonização e libertação reverberou entre as lideranças políticas na Rodésia. Sabe-se que pelo menos desde os primeiros decênios do século XX, diversas associações e organizações de caráter político formaram-se entre a população africana, a exemplo da Industrial Commercial Workers Union, formada na década de 1920 entre trabalhadores rurais e urbanos que passaram a organizar protestos e ações públicas em defesa de melhores condições de trabalho para os africanos na Rodésia e na África do Sul. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial intensificou as demandas pela independência e

descolonização, principalmente diante de uma percepção de continuidade do regime e da violência colonial, além da exploração de terras e trabalho. Diversos movimentos grevistas entre 1945 e 1948, principalmente entre trabalhadores ferroviários e operários urbanos, demonstravam uma contínua insatisfação com o contexto socioeconômico gerado pelo colonialismo (VICKERY, 1999). A radicalização das lutas pela descolonização levou à formação de partidos políticos, a exemplo do Southern Rhodesia African National Congress (SRANC) em existência entre 1957 e 1959 e, após seu fechamento - quando o governo da Rodésia estabeleceu legislação que baniou diversas organizações políticas - a criação de grupos políticos articulados à luta armada, sobretudo o Zimbabwe African People's Union (ZAPU) e o Zimbabwe African National Union (ZANU), e suas alas guerrilheiras, respectivamente, o Zimbabwe People's Revolutionary Army (ZIPRA) e o Zimbabwe African National Liberation Army (ZANLA) (BHEBE, 2000).

O contexto da luta das guerrilhas contra o governo rodesiano a partir da década de 1970 ficou conhecida como a segunda chimurenga, denominação adotada pelos revolucionários com o fito de marcar uma continuidade de lutas anticoloniais e recuperar certa memória coletiva de movimentos de resistência no final do século XIX que passaram a ser interpretados, nesta ótica, como manifestações protonacionalistas vinculadas, sobretudo, às comunidades etnicamente identificadas como shonas. A pressão exercida pelos movimentos de libertação, somado a pressões internacionais, levou a uma série de negociações e um cessar-fogo a partir de 1979. A partir do Lancaster House Agreement, ficou estabelecido que novas eleições seriam realizadas em março de 1980. No pleito, a ZANU PF elegeu-se para o cargo de primeiro-ministro, levando Robert Mugabe ao poder (MLAMBO, 2014). A década de 1980 foi marcada pela ascensão política de Robert Mugabe, marcada por um contexto de modernização, crescente centralização política e medidas violentas voltadas a combater grupos de oposição ao governo, em especial a ZAPU, liderada por Joshua Nkomo, e seus apoiadores.

Convém frisar que a articulação de grupos de oposição e insurreições contra o governo da ZANU iniciaram-se nos primeiros meses do governo de Mugabe como primeiro-ministro, a exemplo dos confrontos de Entumbane (em Bulawayo), entre 1980 e 1981, e que envolveram um clima de tensões crescentes entre o governo e grupos rivais (NDLOVU, 2018). A região da Matabelelândia e a população ndebele, de forma mais específica, tornaram-se alvos do governo zimbabuano, como resultado de conflitos civis que ficaram conhecidos como *gukurahundi* (termo em shona que significa “a chuva da

manhã que lava a palha antes das chuvas da primavera”), e que resultaram em aproximadamente 20 mil mortos entre 1982 e 1987. Além disso, como resultado dos efeitos negativos resultantes do Plano de Ajustamento Estrutural (Economic Structural Adjustment Programme), o Zimbábue mergulhou em um período de turbulência social e política na década de noventa (NICOLAU, 2002).

Diversos estudos recentes têm apontado ao modo como que, desde o processo de independência, o governo zimbabuano, controlado e identificado com a ZANU-PF, tem mobilizado amplos investimentos na construção de uma memória oficial sobre o processo de formação nacional, por meio de reiterada retórica anticolonial e pela idealização do partido, e do seu líder, Robert Mugabe, como forças motrizes da história zimbabuana contemporânea. Esses usos do passado já estavam presentes nas primeiras articulações nacionalistas entre as décadas de 1950 e 1960, momento em que diversas associações étnicas, a exemplo da Sons of Mashonaland Cultural Society, a Kalanga Cultural Society e a Matabele Home Society promoveram a recuperação da memória de heróis e heroínas anticoloniais, tais como chefes envolvidos na primeira chimurenga, e a valorização de lugares e episódios associados ao descontentamento anticolonial. Símbolos tradicionais nas sociedades shona e ndebele foram recuperadas nesse período pelos movimentos independentistas ou pelas guerrilhas, a exemplo do uso de peles de leopardo, os quais foram frequentemente utilizados por lideranças como Joshua Nkomo e Leopold Takawira em eventos públicos (MSINDO, 2007; NDLOVU-GATSHENI, WILLEMS, 2009). A própria adoção do nome “Zimbábue” marcava uma apropriação/ressignificação do passado pré-colonial voltada à contrapor certo senso de “agressão cultural” promovida pelo colonato branco, e também com o fito de “fornecer legitimidade histórica à nação” (GARLAKE, 1983, p. 15).

O contexto imediatamente pós-independência marcou a adoção de um programa nacionalista de governo voltado à mobilização da população em torno de “um partido vanguardista e um estado evolucionista vanguardista” (NDLOVU-GATSHENI, WILLEMS, 2009, p. 949). Nesse período, diversas instituições voltadas à consolidação de uma identidade cultural/nacional zimbabuana foram criadas, a exemplo do Ministry of Education, Arts and Culture (Ministério da Educação, Artes e Cultura), o Zimbabwe Arts Council (Conselho das Artes do Zimbábue) e a National Dance Company (Companhia de Dança Nacional), com o fito de disseminar, por meio de práticas culturais, o discurso nacionalista e revolucionário. Como consequência desse momento, a guerra de libertação passou a ser fixada na memória coletiva como um mito de fundação nacional do

Zimbábue, e vista como a continuação da primeira chimurenga da década de 1890. Essa memória oficial passou a ser difundida por meio de programas de rádio que veiculavam canções revolucionárias na língua shona; pela mudança de nomes de ruas, parques, cidades e edifícios públicos, no afã de distanciar-se do passado colonial; e a criação de diversos feriados nacionais voltados à celebração da independência e dos “mártires” da libertação. Convém frisar que, desde 1984, com a aprovação do *Dependants Assistance Act* (posteriormente renomeado *National Heroes Act*) cabe ao presidente selecionar postumamente os heróis nacionais com base na sua contribuição à pátria.

Na década de 1990, a ressignificação/atualização desta memória oficial passava, também, por debates parlamentares acerca do reconhecimento oficial dos heróis e veteranos das guerrilhas nas lutas de libertação, bem como os critérios de seleção para determinar quais indivíduos seriam, postumamente, reconhecidos como heróis nacionais, circunstância que evidencia o modo como as formas de lembrar (e comemorar) o passado foram discutidas entre diferentes grupos envolvidos com o poder político. Afinal de contas, nesse período, veteranos de guerra e políticos competiam pelo reconhecimento de suas contribuições à história recente do Zimbábue, acusavam-se mutuamente de desconhecimento da história pátria, de modo que as “intensas rivalidades dentro da ZANU-PF pelo reconhecimento de serviços nacionais não-pagos relacionavam-se à ideias de justiça, mas também na disputa pelo poder, por recursos e hegemonia na história nacional” (KRIGER, 2007, pp. 116).

Além disso, de acordo com Sabelo Ndlovu-Gatsheni e Wendy Willems (2009), a ZANU-PF tem, mais recentemente, a partir dos anos 2000, promovido uma vasta gama de atividades e eventos culturais voltados a marcar, na memória, a terceira chimurenga, isto é, o contexto de violência relacionado às reformas agrárias no Zimbábue a partir da década de 1990, observando a tonalidade adotada pelo governo zimbabuano nesse período como uma resposta ao que se compreendia como fracassos ou limitações do nacionalismo “desenvolvimentista” adotado entre as décadas de 1980 e 1990. As festividades recentes organizadas pelo *Ministry of Information and Publicity* (Ministério de Informação e Publicidade), a exemplo da comemoração de feriados nacionais, como o Dia da Independência e Dia dos Heróis; da veiculação de documentários televisivos; e festivais de música em setores da mídia controlados majoritariamente pelo governo, também retomam uma retórica anticolonial e um sentido guerrilheiro às ações governamentais, principalmente diante dos desafios apresentados pelo *Movement for*

Democratic Change (MDC), principal partido de oposição (NDLOVU-GATSHENI, WILLEMS, 2009).

O renascimento do nacionalismo cultural na década de 2000 ajudou a ZANU-PF a aprofundar e fortalecer a guerra de libertação como o principal mito fundador do Zimbabué. Também permitiu ao partido no poder deslegitimar o MDC como um partido sem experiência com a guerra de libertação e como uma ameaça à “independência” e “unidade” do país. Por extensão, levou à consolidação de novos significados à própria noção de “independência”, que passa a ser associada não apenas ao fim da presença colonial na década de 1980 como também à oposição do governo zimbabuano à política externa britânica durante o mandato do primeiro-ministro Tony Blair (NDLOVU-GATSHENI, WILLEMS, 2009). A “independência” passou a ser compreendida, e comemorada, em termos de liberdade econômica, e caracterizada como uma batalha contínua para permanecer livre da intervenção de forças externas, como o MDC, um partido que os ideólogos da ZANU-PF consideravam ser movido pelos interesses dos Estados Unidos, Europa e agricultores brancos (WILLEMS, 2014).

O período em questão também foi marcado pela emergência da chamada “história patriótica” (patriotic history) no Zimbábue, a qual tem se distanciado da “historiografia nacionalista” promovida por pesquisadores e acadêmicos concentrados, principalmente, na University of Zimbabwe. De acordo com Terence Ranger (2004), essa “história patriótica” tem sido promovida principalmente como uma alternativa à história acadêmica, a qual celebrava a modernização e a noção de resistência, e difundida em diversos espaços, a exemplo da mídia impressa e televisão; em campos de treinamento de jovens para milícias; em livros didáticos; em publicações de autobiografias de ex-combatentes; e nos discursos de Robert Mugabe e outros oficiais do governo. A “história patriótica” enfatiza a luta armada, celebra a violência e a continuidade da memória da guerrilha, relacionando, em uma narrativa teleológica, a primeira chimurenga (década de 1890), a segunda chimurenga (década de 1970) e a terceira chimurenga (década de 2000), ao compreender como “irrelevante qualquer história que não seja política [...]” (RANGER, 2004, p. 218).

Desse modo, a “história patriótica” visa promover uma memória oficial da ZANU-PF, enquadrando-a a partir da experiência da guerrilha (e sua continuidade no tempo presente), e invisibilizando os projetos de modernização e bem-estar social que caracterizavam a retórica do partido até meados da década de 1990. Diante do aumento

da popularidade e eleitores do MDC, sobretudo no contexto das campanhas eleitorais de 2000 e 2002, o partido visou promover uma narrativa da nação amparada no binômio “nós” e “outros”, observando a oposição como uma manifestação da influência britânica no Zimbábue, e portanto, posicionado “fora de uma narrativa nacional legítima, situado num território de uma força estrangeira, não-africana e traiçoeira que justificaria o uso da coerção do estado com o intento de conter e destruir tal força” (RAFTOPOULOS, 2007, p. 184). A tonalidade adotada pelos proponentes da “história patriótica”, tais como os ex-combatentes da ZANU, sustenta-se numa premissa de que as gerações mais jovens precisam ser educadas a partir da memória oficial dos processos revolucionários, contexto sugestivo das circunstâncias associadas à produção de “lugares de memória”, nos quais “a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação” (NORA, 1993, p. 7).

Entre as décadas de 2000 e 2010, o próprio Robert Mugabe era constantemente idealizado e representado como uma espécie de “guardião” da memória e história patriótica. Conforme Terence Ranger, a partir de análise da imprensa zimbabuana e de discursos de intelectuais vinculados ao ZANU-PF, a exemplo de Tafataona Mahoso e Kenneth Manungo, Mugabe era reiteradamente descrito como representante de “uma memória poderosa, elementalmente africana, que remete à primeira Nehanda¹ e até mesmo aos antigos egípcios e etíopes” (RANGER, 2015, p. 69); ou ainda que “a oposição zimbabuana se expôs como força oposta a Mugabe enquanto memória pan-africana, Mugabe como aquele que recupera o espaço africano, o poder africano de lembrar o legado africano e o patrimônio africano, que a escravidão, apartheid e imperialismo pensaram ter destruído de vez” (RANGER, 2015, p. 69). Tais discursos, veiculados pela mídia zimbabuana e difundidos em ritos públicos, em campos de formação de jovens militantes e também em disciplinas compulsórias implementadas nas universidades, demonstram o modo como certa narrativa teleológica foi constituída, idealizando Mugabe, e a ZANU-PF, como a continuidade de um passado remoto e grandioso; também evidenciam os usos e manipulações do discurso pan-africano a serviço do regime (MOYO, 2015).

Essas políticas de memória no Zimbábue contemporâneo podem ser observadas nas comemorações de feriados nacionais, a exemplo do Dia da Independência,

¹ Possivelmente em referência a Nehanda Nyakasikana (c.1840-1898), também conhecida como Mbuya Nehanda, uma *svikiro* (médium espiritual) que teve papel significativo na articulação da primeira *chimurenga*.

comemorado em 19 de abril, e o Dia dos Heróis Nacionais, comemorado anualmente na segunda segunda-feira do mês de agosto. Conforme Wendy Willems (2013), a definição desses feriados estava diretamente relacionados ao imaginário da nação constituído no Zimbábue sobretudo a partir da década de 1980, por meio da valorização das memórias de fatos heroicos e revolucionários associados à libertação nacional. Desde a implementação do Dia da Independência, a data tem sido organizada a partir de uma lógica altamente militarizada, por meio de desfiles militares em um espaço confinado – no National Sports Stadium, em Harare – com participação e discursos do presidente, televisionados pela Zimbabwe Broadcasting Corporation (ZBC) e impressos posteriormente no *The Herald*, periódico diário controlado pelo Estado; cerimônias de inspeção da guarda de honra; ignição da chama da independência; e também cerimônias religiosas (leitura da Bíblia e oração). Outros eventos passaram a ser incorporados a partir da década de 2000, a exemplo de festivais musicais voltados para “glorificar a natureza heroica dos ex-combatentes e convidar os jovens a desempenhar um papel semelhantemente ‘heroico’ no combate contra o ‘imperialismo’, tal qual exemplificado pela MDC” (WILLEMS, 2013, p. 26).

As atividades do Dia Nacional dos Heróis estão centradas no National Heroes Acre e incluem apresentações musicais, principalmente de músicas de teor patriótico, discursos presidenciais e homenagens nos túmulos dos heróis nacionais. Esses feriados têm como objetivo reforçar uma memória coletiva das lutas de libertação, destacando sua continuidade e centralizando as interpretações da história do Zimbábue a partir da perspectiva da ZANU-PF. A seleção e celebração da memória dos heróis nacionais têm o propósito de promover pontos de identificação coletiva e modelos de comportamento e ação patrióticos, buscando legitimar o partido político no poder. Embora sejam amplamente contestadas, essas cerimônias fazem parte das políticas de memória coletiva no Zimbábue contemporâneo, com o objetivo de construir uma narrativa nacional a partir dos usos do passado.

NATIONAL HEROES ACRE: MONUMENTALIZAÇÃO E USOS DO PASSADO

No que se refere à África contemporânea, a promoção de políticas de memória voltadas a comemorar a nação e legitimar determinadas leituras do passado constitui um fenômeno transnacional. Conforme Alessandro Triulzi, em muitas partes do continente africano a proliferação de “memórias oficiais” ganhou espaço em rituais promovidos

pelos estados e pela comemoração pública de eventos passados, dominando a “arena pública e preenchendo o espaço fluido que existe entre memória e história [...]. Neste processo abrangente e politicamente orientado, o Estado atua muitas vezes como agente primário da história, ou mesmo como seu principal promulgador e intérprete” (TRIULZI, 2006, p. 8 apud RANGER, 2015). Em alguns casos, como por exemplo no Quênia, esse processo de reconstrução da memória nacional envolveu a recuperação da revolta do Mau Mau (1952-1960) como mito fundacional da nação pelo governo queniano pós-anos 2000, incluindo a exumação de corpos de membros da guerrilha – ainda que a supramencionada revolta tenha sido reprimida pelas forças britânicas e que seus articulistas tenham sido, posteriormente, politicamente marginalizados e excluídos do governo de Jomo Kenyatta no contexto pós-independência (KANTAI, 2006).

Em alguns casos, como na Namíbia, as políticas de memória envolvem a criação de “lugares de memória” com o objetivo de promover uma interpretação específica do passado colonial e do processo de descolonização, estabelecendo uma narrativa nacional que contrasta com práticas e rituais de memória localizados regionalmente. Após a independência, houve mudanças nos nomes de algumas ruas e avenidas, substituindo denominações associadas ao período colonial alemão. Além disso, foram instituídos museus e monumentos com o propósito de promover uma memória oficial das lutas de libertação, especialmente enfatizando o papel do South West Africa People's Organization (SWAPO) e de seus líderes, que estão no poder desde a independência. Exemplos dessas iniciativas incluem o Heroes Acre e o Monumento ao Soldado Desconhecido, cuja imagem foi inspirada nas características do primeiro presidente da Namíbia, Sam Nujoma. Também destacam-se o Genocide Memorial e o Independence Memorial Museum em Windhoek, os quais representam lugares de memória estabelecidos pelo governo namibiano para promover uma interpretação oficial do passado, centrada nas ações da SWAPO e de seus líderes (BREPOHL, 2022).

Além disso, uma nova narrativa nacional foi construída em torno do genocídio dos herero, ocorrido entre 1904 e 1908, um grupo étnico-linguístico que representa cerca de 10% da população atual da Namíbia. Inicialmente, o genocídio dos hereros (e dos namas) pelas forças coloniais alemãs era lembrado em rituais anuais pelos grupos étnicos que se identificavam com essas comunidades, remontando pelo menos à década de 1920, especialmente após o traslado dos restos mortais de uma de suas principais lideranças, Samuel Maharero, para Okahandja. Após a independência, esse evento histórico passou a ser integrado à memória nacional e aos processos de revisão da história da Namíbia.

Essa inclusão do genocídio na narrativa nacional contrasta com o momento em que processos legais foram abertos contra instituições alemãs acusadas de se beneficiar do genocídio. Nessa ocasião, o governo da Namíbia afirmou que tais iniciativas eram lideradas pelos representantes dos grupos hereros, e não pelos órgãos oficiais do governo namibiano. Desde a década de 1990, o eleitorado da Namíbia tem uma base étnica predominantemente ovambo, que corresponde a cerca de 50% da população (CORREA, 2011).

A produção de lugares de memória também envolve a produção de um panteão de heróis nacionais associados, sobretudo, aos processos de descolonização e às manifestações de resistência ao colonial. No caso de Moçambique, a seleção de heróis nacionais envolveu o resgate de figuras relacionadas, sobretudo, às resistências africanas diante do colonialismo nas províncias do sul, região associada às origens dos principais dirigentes da FRELIMO, a exemplo de Eduardo Mondlane e Samorra Machel. Figuras como Gungunhana, o último *inkosi* (rei, chefe) de Gaza, e que se envolveu em confrontos contra os Ngungunhane na última década do século XIX, foram recuperadas pela memória oficial no contexto do pós-independência, inclusive com o traslado de seus restos mortais para Moçambique em 1985. As cerimônias do traslado, promovidas pelo governo moçambicano, evidenciam os procedimentos de apropriação/ressignificação do passado para fins políticos, com o objetivo de reforçar a legitimidade da FRELIMO no poder em um contexto marcado pela guerra civil (RIBEIRO, 2005).

Além disso, Eduardo Mondlane passou a ser transformado em herói nacional após sua morte em 1969, e fixado na memória, em especial a partir de estátuas, avenidas, bairros e instituições de ensino que foram denominadas em referência a Mondlane. De acordo com Fernando Ribeiro Bessa, “a fabricação dos heróis moçambicanos está longe de constituir uma situação singular, antes possuindo semelhanças com processos ocorridos noutros países, sobretudo com aqueles que saíram de dependências coloniais” (RIBEIRO, 2005, p. 259). Nesse processo de construção e idealização de heróis nacionais, figuras históricas passavam a ser fortemente relacionadas a momentos “considerados mais marcantes da construção da independência nacional” (RIBEIRO, 2005, p. 259). A mitificação de Ngungunhane, Mondlane, e de outros heróis nacionais promovidos pela FRELIMO entre as décadas de 1970 e 1980, demonstra a simbologia dos elementos de memória coletiva, ou ainda uma “memória temporalizada, que se apresenta como institucional e legítima” (ORLANDI, 1993, p. 12). Afinal de contas, os processos de legitimação de memórias coletivas, sobretudo em momentos marcados por

crises ou mudanças de regimes políticos, frequentemente recorrem aos mitos de origem personificados em seus heróis, pois fornecem “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva” (CARVALHO, 1993, p.55).

No que se refere ao Zimbábue contemporâneo, o processo de produção de uma memória “oficial” e a seleção de heróis nacionais associados sobretudo às lutas de libertação e ao papel político da ZANU-PF pode ser observado nos ritos e símbolos relacionados ao National Heroes Acre em Harare. O monumento foi construído em uma colina localizada a aproximadamente sete quilômetros do centro de Harare, em uma área de aproximadamente cinquenta e sete hectares reservados, após a independência, para comemorar os heróis da descolonização. O monumento é constituído por um portão monumental; por uma galeria dedicada aos heróis nacional; um anfiteatro capaz de abrigar cinco mil pessoas, o qual é utilizado sobretudo em cerimônias cívicas e funerais daqueles selecionados como heróis nacionais; um conjunto de três estátuas (uma mulher e dois homens em uniformes militares) localizadas sobre o Túmulo do Soldado Desconhecido (Tomb of the Unknown Soldier); uma torre central contendo a chama perpétua (Eternal Flame); um mural com seis painéis de bronze narrando episódios da resistência anticolonial e dos processos de colonização, contendo, acima, uma estátua do pássaro do Zimbábue, símbolo nacional associado a vestígios arqueológicos localizados nas ruínas do Grande Zimbábue; e os jazigos dos heróis nacionais zimbabuanos, em uma estrutura de muralhas de granito inspirada na imagem de duas armas AK-47 sobrepostas.

Figura 1. National Heroes Acre (em Harare, Zimbábue)



Fonte: National Heroes' Acre: A symbol of sacrifice, bravery. *The Herald* (online). Disponível em <<https://www.heraldonline.co.zw/national-heroes-acre-a-symbol-of-sacrifice-bravery-2/>> Acesso em 17 set. 2025.

Figura 2. Os painéis de bronze e o mural do National Heroes Acre (em Harare, Zimbábue).



Fonte: Heroes Acre: bastion of patriotism, tourist attraction'. *The Herald* (online). Disponível em <<https://www.heraldonline.co.zw/heroes-acre-bastion-of-patriotism-tourist-attraction/>> Acesso em 17 set. 2025.

A construção do monumento ocorreu entre 1981 e 1982, sob a responsabilidade da Mansudae Overseas Project, departamento oficial da Mansudae Art Studio, responsável pela maioria dos monumentos públicos em Pyongyang, capital da Coreia do Norte. Conforme Marion Brepohl (2022), o governo norte-coreano, por meio da Mansudae Overseas Project, edificou monumentos e esculturas em pelo menos

quinze nações africanas no pós-independência, influenciadas pelo clima de euforia e nacionalismo que marcaram os contextos de descolonização. Dentre as obras comissionadas ao Mansudae Overseas Project, pode-se mencionar: em Angola, a construção do Centro Cultural Agostinho Neto, em Luanda; no Benim, a construção de uma estátua de Béhanzin, último governante independente de Dahomey; em Botsuana, o monumento dos Três Dikgosi, em homenagem a três chefes tswana que viajaram à Inglaterra em 1895 para negociar os termos do protetorado da Bechuanalândia; na República Democrática do Congo, a estátua do presidente Laurent-Désiré Kabila; na Etiópia, o monumento Tiglachin, em memória aos soldados etíopes e cubanos da guerra Ogaden; em Moçambique, a estátua de Samora Machel, na Praça da Independência em Maputo; na Namíbia, o Heroes Acre, o Okahandja Military Museum e o Independence Memorial Museum, além da atual residência oficial do presidente; no Senegal, o African Renaissance Monument; no Togo, um monumento em homenagem ao presidente Gnassingé Eyadéma; na Guiné Equatorial, a construção de um estádio esportivo e centro de conferências. No caso do Zimbábue, além do National Heroes Acre, o qual foi inspirado em um momento similar em Pyongyang, a Mansudae Overseas Project também foi responsável pela construção da estátua de Joshua Nkomo, em Bulawayo, inaugurada em 2010 (HOOG, 2018).

De acordo com Meghan Kirkwood (2011), os monumentos supramencionados incorporaram narrativas e elementos simbólicos específicos às nações africanas, contudo, reproduzem uma estética que é “distintamente norte-coreana” (KIRKWOOD, 2011, p. iii), marcada por uma simbologia de modernidade, autoridade e coesão político-social, voltada, também, a romper com os estilos arquitetônicos e formas de monumentos associadas aos regimes coloniais. Em alguns casos, como por exemplo na Namíbia, a construção desses monumentos visava, em termos materiais e simbólicos, suplantar monumentos associados ao passado colonial: a estátua de Sam Nujoma, no Independence Memorial Museum em Windhoek, foi erguida em substituição do Reiterdenkmal, uma estátua de granito que comemorava a “vitória” dos soldados alemães contra os nama e os herero. Por extensão, a preferência por uma estética inspirada na cultura visual norte-coreana visa simbolicamente inscrever as paisagens urbanas das capitais africanas, a exemplo de Windhoek (Namíbia) ou Harare (Zimbábue), em uma narrativa fundacional favorável aos governos pós-independência, rompendo, em termos simbólicos e visuais, com os seus antecedentes coloniais. A iconografia desses monumentos tem variações entre si, mas “permanecem formalmente similares,

efetivamente reproduzindo a estética do socialismo realista da arte e arquitetura de Pyongyang” (KIRKWOOD, 2011, p. 3).

Por extensão, a construção de monumentos pela Mansudae Overseas Project reverbera um histórico de relações políticas e diplomáticas entre a Coreia do Norte e as nações africanas nos contextos de descolonização, a exemplo do Zimbábue, cujo apoio norte-coreano contribuiu não apenas para a independência como também para a consolidação de Robert Mugabe e da ZANU-PF no poder ao longo da década de 1980 (LYONG, JEONG, 2017). Pelo menos desde a década de 1970, o governo norte-coreano forneceu apoio militar, por meio de munição e treinamento de guerrilheiros, às operações da ZANU a partir de suas bases na Tanzânia e Moçambique. Além disso, desde os primeiros meses após a independência, Mugabe realizou diversas visitas oficiais a Pyongyang com o fito de estreitar laços e reforçar as relações diplomáticas com o Zimbábue. Dentre as diversas formas de cooperação entre o Zimbábue e a Coreia do Norte, inclui-se o estabelecimento de ações militares, como, por exemplo, pela formação da Fifth Brigade, uma ramificação das forças armadas zimbabuanas leais a Robert Mugabe, a qual foi treinada por militares norte-coreanos, e teve participação nos massacres cometidos contra a população ndebele ao longo da década de 1980. Portanto, os projetos de construção comissionados a Mansudae Overseas Project, como o National Heroes’ Acre e a estátua de Joshua Nkomo, também resultam da aproximação diplomática e política entre os dois governos iniciada no âmago da guerra fria (HOOG, 2018).

No que se refere às leituras do passado promovidas pelo National Heroe’s Acre, atenção especial incide sobre os painéis de bronze que recuperam episódios da resistência anticolonial e culminando na ascensão da ZANU-PF ao poder no Zimbábue. A problematização da narrativa visual parte de uma aproximação ao conceito de “lugar de memória”, conforme utilizado por Pierre Nora (1993) ao se referir a lugares materiais ou simbólicos constituídos ou mobilizados com o objetivo de atualizar e fixar (e comemorar) uma memória oficial, que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas” (NORA, 1993, p. 13). Além disso, ao se considerar as contendas que cercam as formas de lembrar, convém também pensar na construção de situações de “enquadramento da memória”, na medida em que a memória, enquanto “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes

de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (POLLAK, 1989, p. 9), a exemplo de partidos políticos e/ou nações. A análise em questão remete a pensar nos usos do passado, entendendo-o como “forma de recepção entre outras possíveis, na qual a mobilização/reutilização do passado assume um caráter pragmático e instrumental” (SILVA, FUNARI, GARRAFFONI, 2020, p. 45). A ênfase recai no modo como o passado é ressignificado “objetivando conferir sentido a uma finalidade (identitária, nacional, de classe, racial, de gênero etc.) no presente” (SILVA, FUNARI, GARRAFFONI, 2020, p. 45) com o fito de estabelecer expectativas para o futuro. Em termos metodológicos, a análise concentra-se nas narrativas visuais presentes no monumento, observando as representações imagéticas a partir dos “componentes culturais, estéticos e ideológicos constituintes de sua elaboração e recepção” (KOSSOY, 2007, p.17). Por extensão, cabe analisar as evidências presentes na imagem, decodificar sua linguagem técnico-estética e as “representações da realidade histórica, ou social nelas contidas” (NAPOLITANO, 2010, p.238).

Os murais do National Heroe’s Acre são compostos por seis painéis de bronze, nos quais se constrói uma narrativa teleológica de fundação nacional baseada nas lutas de libertação e no protagonismo de Robert Mugabe e do ZANU-PF. No conjunto, operam como um “lugar de memória”, que visa inserir “a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 1998, p.216), para assim endossar uma leitura oficial do passado da nação. O primeiro dos painéis narra os processos de violência colonial nas primeiras décadas do século XIX, demarcando o papel da British South Africa Police, força paramilitar formada em 1889 pela British South Africa Company com o objetivo de proteger o colonato britânico, principalmente na região da Mashonalândia; suas tropas tiveram um papel significativo na repressão de insurgências africanas no período colonial na Rodésia, em especial na “guerra matabele” e nas *chimurenga*. Os dois militares da BSAP são representados com armas e bastões em mãos, avançando violentamente sobre um conjunto de africanos com um cão. Há uma distinção significativa entre os dois militares: enquanto um deles foi retratado com feições europeias, o outro, ao fundo, possui feições africanas, recuperando, mesmo que de forma marginal, considerando-se a posição da figura no painel, os processos de recrutamento de africanos para funções de policiamento no Estado colonial.

Figura 3: Os painéis de bronze e o mural do National Heroes Acre (em Harare, Zimbábue),



Fonte: HEROES ACRE to be ‘truly monumental’. *The Herald* (online). Disponível em <<https://www.herald.co.zw/heroes-acre-site-to-be-truly-monumental/>> Acesso em 30 mai. 2024.

A figura central no painel de bronze, diante de um conjunto de indivíduos em fuga dos ataques dos militares, é uma mulher arremessada ao chão e carregando uma criança nas costas, simbolizando a nação zimbabuana sob a opressão e violência colonial. A mobilização de figuras femininas como símbolos da nação remete a uma tradição política consolidada nos movimentos nacionalistas do século XIX. Além disso, a idealização da mãe negra, a qual é recorrente em outros painéis do monumento, promove uma invisibilização do “papel marcial das mulheres como lutadoras e fazendeiras” (MCCLINTOCK, 2010, p. 553) para reforçar a ideologia da maternidade, isto é, um discurso político no qual a maternidade é vista como destino biológico e universal das mulheres. Assim, o painel reitera certa perspectiva acerca das políticas de gênero no Zimbábue da década de 1980, embasado na idealização da nação zimbabuana como corpo feminino, mas, paralelamente, na marginalização de mulheres no campo da política e nos direitos sociais, a despeito de sua significativa participação na guerrilha (LAW, 2014).

Os segundo e terceiros painéis representam o início das articulações políticas anticoloniais na segunda metade do século XX: enquanto o segundo painel representa, como figura central, um guerrilheiro segurando um livro com o fito de divulgar os ideais anticoloniais para um conjunto de homens e mulheres africanas que ouvem atentamente, o terceiro painel retrata o início das lutas armadas, por meio da idealização dos guerrilheiros distribuindo espingardas e pistolas. Tal narrativa é acentuada no quarto

painel (Figura 1), que representa o ato da guerrilha propriamente dita, enfatizando o avanço dos guerrilheiros armados e ladeado por duas *majhibas*, isto é, civis desarmados que atuaram na função de carregadores e espiões durante a descolonização. No conjunto, esses painéis recuperam certa memória da segunda *chimurenga*, idealizando o processo de conscientização da população e seu engajamento com a luta armada como mitos fundacionais da nação. Por extensão, constituem uma memória do processo de formação da identidade nacional zimbabuana como uma resposta aos processos de depredação cultural, social, política e econômica provocada pela presença colonial britânica (PRAH, 2009); evidenciam, também, os paradoxos dos nacionalismos africanos, e que, conforme as reflexões de Homi Bhabha (1998), visam preservar elementos considerados como tradicionais africanos a partir de elementos relacionados às modernidades europeias – como, por exemplo, a presença do letramento, tal qual o guerrilheiro com um livro, considerando-se a difusão da cultura escrita como um dos resultados da expansão colonial no continente africano.

A presença de um cenário rural, ao fundo dos painéis, recupera não apenas o papel da luta armada nas zonas rurais, como também enfatiza a questão da terra como um elemento central nos sistemas de exploração colonial e nas lutas anticoloniais na Rodésia/Zimbábue. Finalmente, ainda que os processos de descolonização e as lutas de libertação tenham sido marcadas por seu caráter heterogêneo, e por diferentes grupos político-militares em disputa, a exemplo dos conflitos entre a ZANU e a ZAPU (BHEBE, 2000; MANGANI, 2019), os painéis no monumento produzem uma homogeneização do processo, caracterizando-o como ausente de conflitos internos. Nessa narrativa visual, marcada pelo “enquadramento da memória”, e por processos de ressignificação do passado com objetivos políticos, não espaço para grupos de oposição: do mesmo modo como o inimigo colonial está ausente – com exceção dos dois militares nas margens do primeiro painel – não há qualquer indício visual das disputas pelo poder que marcaram a experiência da descolonização e se prolongaram após a independência.

O quinto e sexto painéis (Figura 1) demarcam os rumos da nação zimbabuana pós-independência, a partir do cessar-fogo e desarmamento da população civil (quinto painel) e culminando no otimismo que marcou as comemorações da independência, nas quais a figura de Robert Mugabe destaca-se entre os demais personagens representados – tanto em termos de tamanho da representação, quanto em termos de alinhamento do bronze, já que Mugabe encontra-se acima dos demais indivíduos retratados, os quais carregam uma bandeira do Zimbábue e avançam rumo ao futuro (sexto painel). Embora

o quarto painel retrate a participação de mulheres na guerrilha, o quinto painel, que apresenta na margem direita uma mulher carregando uma criança com braços erguidos, recupera certa idealização da maternidade como destino das mulheres zimbabuanas, e simbolicamente demarcando o triunfo da nação (e dos seus filhos) na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. A presença de homens e mulheres representando a população zimbabuana em comemorações da independência visa simbolicamente legitimar a ascensão política de Robert Mugabe e da ZANU-PF, apresentando-a como um destino natural da nação zimbabuana. A narrativa visual no monumento, contudo, contrasta com as experiências políticas autoritárias e de perseguição à oposição política na década de 1980, sobretudo a Patriotic Front-Zimbabwe African People's Union (PF-ZAPU), liderada por Joshua Nkomo (MPOFU, 2016), idealizando aquele contexto político como ausente de conflitos ou projetos nacionais alternativos.

Adicionalmente, convém frisar, no último painel, uma presença mais nítida dos usos do passado promovidos pelo regime de Robert Mugabe: as figuras representadas são contrapostas a uma estrutura de pedra, ao fundo, a qual se trata de uma representação da torre cônica nas ruínas do Grande Zimbábue, o assentamento principal de um antigo centro de poder shona construído entre os séculos XIII e XV e localizado, atualmente, nas proximidades da cidade de Masvingo. Além disso, o mural apresenta, tanto nos painéis quanto em uma estátua elevada, as aves originalmente esculpidas em pedra-sabão e encontradas pelos arqueólogos nas ruínas do Grande Zimbábue; desse modo, o passado e o futuro zimbabuano são personificados na figura de Robert Mugabe e, por consequência, na liderança da ZANU-PF, demarcando uma memória da nação fortemente centrada na figura do líder e do partido político. A construção visual de elementos que remetem às ruínas do Grande Zimbábue deixam a ver o modo como a ZANU-PF, ao recorrer a elementos modernos para reforçar um ideal de identidade nacional e coesão social-política, também “extrai poder político e legitimidade de antigos mitos, eventos e personagens históricos. Um Zimbábue antigo, mítico e atemporal perturbado pelo colonialismo no final do século XIX tem sido mobilizado e imaginado pela ZANU-PF para sua sobrevivência política” (MPOFU, 2016, p. 3-4). Ao lado dos heróis nacionais comemorados no monumento, a recorrência a elementos desse passado “mítico” e “atemporal” demonstram os processos de monumentalização do passado a partir de uma seleção de símbolos e ritos que, na perspectiva de seus criadores, visavam promover uma memória oficial da nação zimbabuana e legitimar o regime político de Robert Mugabe e da ZANU-PF.

Conforme Shepherd Mpfu (2017), monumentos como esse são produzidos com o objetivo de “encarnar o ethos da guerra de libertação de forma duradora. Sua construção, a partir de materiais resistentes como granito [ou bronze, no caso dos painéis], produzem longevidade à memória da libertação” (MPOFU, 2017, p. 12). Em outra análise, Mpfu (2016) também demonstrou como os processos de monumentalização do passado promovidos pelo Estado zimbabuano também são capazes de gerar movimentos de dissenso, em especial a partir dos usos da imprensa e outras formas de mídia que possibilitaram contestações públicas dos símbolos, ritos e representações da identidade nacional. Além disso, convém lembrar que a própria definição de identidade nacional é suscetível de constantes transformações em diferentes contextos políticos e culturais, como, por exemplo, pela reelaboração da figura de Robert Mugabe como uma personificação da (re)construção nacional, sobretudo a partir do final da década de 1990, momento marcado pelo crescimento de grupos de oposição ao governo.

A narrativa visual presente nos painéis de bronze do National Heroes' Acre visa fixar uma monumentalização do passado, centrada em uma narrativa teleológica das lutas de libertação, nas quais estão ausentes quaisquer dissidências internas ou grupos de oposição, e reforçando o papel de Robert Mugabe, e por extensão da ZANU-PF, como forças motrizes da história recente zimbabuana. Adicionalmente, o monumento, que foi produzido em um contexto marcado por crescentes tensões políticas e étnicas, principalmente entre as forças do governo e da ZAPU na região da Matabelelândia, apresenta uma idealização da identidade nacional zimbabuana para além ou aquém das divergências étnico-culturais e linguísticas. Essas apropriações do passado com a finalidade de legitimar o regime político e dar forma a uma identidade nacional coesa são reiterados, de forma recorrente, pelos ritos e celebrações realizadas no monumento, a exemplo das comemorações do Dia Nacional dos Heróis, ou os cortejos fúnebres daqueles homens e mulheres selecionados para integrarem o panteão dos heróis da história pátria. Ainda que não seja o objetivo desse artigo analisar as narrativas textuais e imagéticas produzidas a partir desses ritos, convém demarcar que se tratam de práticas culturais de expressiva importância na monumentalização do passado e na produção de fulcros de identificação coletiva voltada a perpetuar a identidade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de políticas públicas voltadas à consolidação de “lugares de memória” constitui um fenômeno transnacional que pode ser observado em diversos países africanos nos decênios pós-independência, principalmente com o objetivo de produzir leituras do passado que enfatizam as lutas de libertação e descolonização como narrativas fundacionais das nações africanas, e também para suplantiar outras formas de lembrar o passado produzidas no período colonial. Esses lugares, tais como monumentos, museus e praças públicas, integram os contextos marcados pelo “enquadramento da memória”, nos quais a memória coletiva é reelaborada para fins políticos, sociais ou culturais, como, por exemplo, a comemoração das identidades nacionais africanas.

No caso do Zimbábue, que se tornou independente em 1980, após décadas de presença colonial britânica, esse movimento envolveu a produção de monumentos voltados a comemorar as lutas de libertação, enfatizando o papel da ZANU-PF e de Robert Mugabe, e consolidar uma identidade nacional zimbabuana nascida a partir de sua experiência anticolonial. Dentre outras práticas culturais, ritos e símbolos, tais como as comemorações anuais do Dia da Independência e do Dia Nacional dos Heróis, monumentos como o National Heroes Acre visam materializar uma memória coletiva, enquadrada pelo governo zimbabuano, que relembra as opressões e violências do período colonial e celebra os movimentos de guerrilha, culminando na descolonização sob os auspícios de Mugabe e do seu partido político.

Na narrativa visual produzida nos painéis de bronze do monumento, não há espaço para dissidências, rivalidades internas ou grupos de oposição, ao celebrar a figura de Robert Mugabe como parte constitutiva e força motriz do processo de descolonização e da própria história recente do Zimbábue. A apropriação de elementos da história da África Austral, a exemplo dos pássaros de pedra e a torre cônica do Grande Zimbábue, também adquirem relevância no conjunto monumental, ao remeterem a um passado grandioso idealizado como um antecedente histórico da nação zimbabuana moderna. Por extensão, convém frisar um elemento paradoxal na configuração do próprio monumento: embora os painéis celebrem a participação popular e a construção de um Estado democrático após décadas de colonialismo, o National Heroes' Acre permanece como um lugar voltado à celebração e rememoração das elites políticas zimbabuanas, principalmente homens e mulheres vinculados às guerrilhas ou ao regime político e

selecionados para serem sepultados no local. Para estudos futuros, convém investigar os discursos visuais e textuais produzidos a partir dos funerais e outras cerimônias realizadas no monumento, enquanto parte dos processos culturais constitutivos dos “lugares de memória”.

REFERÊNCIAS

BEACH, D. N. Chimurenga: The Shona Rising of 1896-1897. **The Journal of African History**, v. 20, n. 3, pp. 395-420, 1979. Disponível em < <https://doi.org/10.1017/S0021853700017382>> Acesso em: 23 abr. 2024.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BHEBE, Ngwabi. **The Zapu and ZANU Guerrilla Warfare and the Evangelical Lutheran Church in Zimbabwe**. Harare: Mambo Press, 2000.

BREPOHL, Marion. Historia, memoria y usos públicos del pasado. Las identidades herero y nama y el militante en el poder. Namibia entre 2002 y 2014, pp. 9-30. **Actas de las X Jornadas de Trabajo sobre Historia Reciente**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2022.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHOI, Lyong; JEONG, Il-young. North Korea and Zimbabwe, 1978-1982: from the strategic alliance to the symbolic comradeship between Kim Il Sung and Robert Mugabe. **Cold War History**, v. 17, n. 4, pp. 32-249, 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/14682745.2017.1328406>> Acesso em: 15 mai. 2024.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 61, pp. 85-103, 2011. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100005>> Acesso em: 15 abr. 2024.

GAGNEBIN, Jean-Marie. Verdade e memória no passado. **Projeto História**, v. 17, p. 213-221, 1998. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11147>> Acesso em: 25 mai. 2024.

GARLAKE, P. Prehistory and Ideology in Zimbabwe, pp. 1-19. In: PEEL, John David.; RANGER, Terence (orgs.). **Past and Present in Zimbabwe**. Manchester: Manchester University Press, 1983.

HOOG, Tycho van der. Uncovering North Korean Forced Labour in Africa: Towards a Research Framework. In: BREUKER, Remco; VAN GARDINGEN, Imke. **People for profit: North Korean Forced Labour on a Global Scale**. Leiden: Leiden Asia Centre, 2018.

KANTAI, P. Death of the Kenyan Dream, **The East African**, 31 jul. 2006. Disponível em <<https://allafrica.com/stories/200607311009.html>> Acesso em: 30 set. 2021.

KIRKWOOD, Meghan. **Postcolonial Architecture Trough North Korean Modes: Namibian Commissions of the Mansudae Overseas Project**, Dissertação (Mestrado em História da Arte), University of Kansas, 2011.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

KRIGER, Norma. From Patriotic Memories to 'Patriotic History' in Zimbabwe, 1990 - 2005. **Third World Quarterly**, v. 27, n. 6, pp. 1151-1169, 2007. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/01436590600842472>> Acesso em 20 abr. 2024.

LAW, Kate. 'We Wanted to be Free as a Nation, and We Wanted to be Free as Women': Decolonisation, Nationalism and Women's Liberation in Zimbabwe, 1979-85. **Gender & History**, v. 33, n. 1, pp. 249-268, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.1111/1468-0424.12491>> Acesso em: 25 set. 2023.

MANGANI, Dylan. **Changes in the Conception of Nationalism in Zimbabwe: A Comparative Analysis of ZAPU and ZANU Liberation Movements (1977-1990)**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Thohoyandou, University of Venda, 2019.

MASHIZHA, Tinase Mitchell; MAPUVA Jephias. The Colonial Legislation, Current State of Rural Areas in Zimbabwe and Remedial Measures Taken to Promote Rural Development. **Journal of Asian and African Social Sciences and Humanities**, v. 4, n. 3, pp. 22-35, 2018. Disponível em <<https://aarcentre.com/ojs3/index.php/jaash/article/view/145>> Acesso em: 10 mai. 2024.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

MLAMBO, Alois. **A History of Zimbabwe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MOYO, Gorden. Mugabe's Neo-sultanist Rule: Beyond the Veil of Pan-Africanism. p. 61-76. In: NDLOVU-GATSHENI, Sabelo (org.). **Mugabeism? History, Politics and Power in Zimbabwe**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015.

MPOFU, Shepherd. Making heroes, (un)making the nation?: ZANU-PF's imaginations of the Heroes' Acre, heroes and construction of identity in Zimbabwe from 2000 to 2015, **African Identities**, v. 15, n. 1, pp. 62-78, 2016, Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14725843.2016.1175920>> Acesso em: 11 abr. 2024.

MPOFU, Shepherd. Participation, citizen journalism and the contestations of identity and national symbols: A case of Zimbabwe's national heroes and the Heroes' Acre. **African Journalism Studies**, v. 37, n. 3, pp. 85-106, 2016. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/23743670.2016.1209223>> Acesso em: 15 abr. 2024.

MSINDO, Ennocent. Ethnicity and Nationalism in Urban Colonial Zimbabwe: Bulawayo, 1950-1963. **The Journal of African History**, v. 48, pp. 276 -79 , 2007. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/4501042>> Acesso em: 12 abr. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo; WILLEMS, Wendy. Making Sense of Cultural Nationalism and the Politics of Commemoration under the Third Chimurenga in Zimbabwe. **Journal of Southern African Studies**, v. 35, n. 4, pp. 945-965, 2009, Disponível em <<https://doi.org/10.1080/03057070903314226>> Acesso em 19 abr. 2024.

NDLOVU, Joram. Contestations and identity in the context of the 'Gukurahundi' memory in Zimbabwe. *Journal of Social Development in Africa*, v. 33, n. 2, pp. 161-186, 2018. Disponível em <<https://www.ajol.info/index.php/jsda/issue/archive>> Acesso em: 30 mai. 2024.

NICOLAU, Victor Hugo. Poder, clientelismo e violência política no Zimbabwe: a Terceira Chimurenga. *Caderno de Estudos Africanos*, v. 2, n. 1, pp. 167-185, 2002. Disponível em <<https://doi.org/10.4000/cea.1329>> Acesso em 20 abr. 2024.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, pp. 7-28, 1993. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>> Acesso em: 19 ago. 2021.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

OSBORNE, B. S. *Landscapes, memory, monuments, and commemoration: Putting identity in its place*. Paper não publicado. Department of Canadian Heritage for the Ethnocultural, Racial, Religious, and Linguistic Diversity and Identity Seminar, pp. 1-48, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em: 25 set. 2020.

PRAH, Kwesi. *A Pan-Africanist Reflection: Point and Counterpoint*. Cidade do Cabo: Centre for Advanced Studies of African Society, 2009.

RAFTOPOULOS, Brian. Nation, Race and History in Zimbabwean Politics. p. 181-195. In: DORMAN, Sara; HAMMETT, Daniel; NUGENT, Paul (orgs.). *Making Nations, Creating Strangers: State and Citizenship in Africa*. Leiden: Brill, 2007.

RANGER, Terence. Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: the Struggle over the Past in Zimbabwe. *Journal of Southern African Studies*, v. 30, n. 2, pp. 215-234, 2007. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/0305707042000215338>> Acesso em: 12 abr. 2024.

RANGER, Terence. The Politics of Memorialisation in Zimbabwe. pp. 62-73. In: CARVALHO, Susana; GEMENNE, François. *Nations and their Histories: Constructions and Representations*. Nova York: Pgrave Macmillan, 2015.

RIBEIRO, Fernando. A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em Moçambique. *Revista Etnográfica*, v. 9, n.2, 2005, pp. 257-275. Disponível em <<https://journals.openedition.org/etnografica/2963>> Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, Glaydson José; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 84, pp.43-66, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/NxWFCCdfrijxYXzmQB98NPt/>> Acesso em: 05 mai. 2024.

TRIULZI, Alessandro. Public History and the Re-Writing of the Nation in Postcolonial Africa, *Afriche & Orienti*, v. 6, n. 2, 2006.

VICKERY, Kenneth. The Rhodesia Railways African Strike of 1945, Part II: Cause, Consequence, Significance. *Journal of Southern African Studies*, v. 25, n. 1, 1999, pp. 49-71. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/030570799108759>> Acesso em: 25 mai. 2024.

WILLEMS, Wendy Willems. 'Zimbabwe will never be a colony again': changing celebratory styles and meanings of independence. *Anthropology Southern Africa*, v. 36, n.1-2, pp. 22-33, 2013. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/02580144.2013.10887021>> Acesso em 19 abr. 2024.

Recebido em: 29/06/2024
Parecer dado em: 20/09/2024



www.revistafenix.pro.br